

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021



RELATÓRIO INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Sergipe Gás S/A - Sergas é uma sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado. Constituída em 1993 pela Lei Estadual No 3.305, possui como sócios acionistas o Estado de Sergipe, a Petrobras Gás S.A - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

A Sergas é a Concessionária responsável pela prestação dos serviços concedidos de Distribuição de Gás Natural Canalizado no Estado de Sergipe, atuando como um vetor de desenvolvimento local, na medida em que possibilita a diversificação da matriz energética estadual, viabilizando novos negócios.

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Sergipe Gás S.A. – Sergas, vem apresentar o presente Relatório da Administração com o objetivo de prestar contas e demonstrar os resultados obtidos em 2021.

Apesar das dificuldades ainda remanescentes da pandemia da COVID-19, que teve seu ápice em 2020, é possível afirmar que o ano de 2021 foi um ano marcado pelas palavras “RECUPERAÇÃO” e “DESAFIO”. E por que isso pode ser afirmado?

Primeiramente em função dos sinais de recuperação da economia verificados ao longo de 2021, destacando-se uma importante performance da atividade industrial sergipana a partir do segundo semestre, bem como a retomada das atividades regulares do comércio após o encerramento das medidas de restrição de circulação vividas durante o ano.

Em segundo lugar, pela recuperação do volume de vendas anuais da Companhia, que em 2021 foi 17,51% superior àquele patamar de vendas verificado em 2020, destacando-se:

i) a performance do segmento industrial, cujo consumo em 2021 (de 65.476 mil m³) superou em cerca de 9.535 mil m³ o consumo apurado em 2020 (de 55.941 mil m³), e cujos principais expoentes foram as indústrias pertencentes aos subsegmentos cerâmico, vidros, bebidas, alimentos e têxtil;

ii) o desempenho do segmento veicular, cujo consumo em 2021 (de 27.943 mil m³) ultrapassou em cerca de 4.587 mil o consumo verificado em 2020 (de 23.356 mil m³), crescimento este que pode ser atribuído ao fim das medidas restritivas de circulação que foram impostas pelo Poder Público ao longo de 2020, à reabertura das escolas e do comércio, bem como ao aumento da competitividade do GNV frente à gasolina em função dos vários aumentos deste último ocorridos ao longo de 2021.

Em terceiro lugar, o arrendamento da unidade industrial da empresa Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda para a Cerâmica Capri Ltda, o qual, inclusive, teve sua celebração autorizada nos termos de decisão judicial publicada no DJE em 23/03/2021, e que reflete os seguintes resultados para a sociedade e para a SERGAS:

(i) retomada das operações da referida unidade industrial, localizada em Nossa Senhora do Socorro/SE, e que estava desativada desde o primeiro semestre de 2019;

(ii) geração de empregos;

(iii) aumento de consumo decorrente da retomada do fornecimento de gás de cerca de 20.000 m³/dia a essa importante indústria; e

(iv) atração de importantes investimentos para o Estado de Sergipe e para o município de Nossa Senhora do Socorro, que deverão acarretar, inclusive, em aumento do consumo de gás natural a partir de 2023.

Além disso, essa retomada da produção industrial fortalece a perspectiva de recuperação dos créditos que a Sergas possui junto à empresa em recuperação judicial (Cerâmica Sergipe, conhecida pelo seu nome de fantasia Escurial) no âmbito dos processos judiciais que estão em andamento.

Merece destaque, ainda:

a) a assinatura em 27/01/2021, entre a Sergas e a PROQUIGEL QUÍMICA, do Contrato de Prestação dos Serviços de Movimentação de Gás Natural, que foi o primeiro instrumento contratual firmado nesta modalidade entre esta Concessionária e um Consumidor Livre, e que culminou no início da prestação dos serviços de movimentação de gás natural pela SERGAS a partir de 01/02/2021, com uma movimentação média de 946 mil m³/dia de gás natural ao longo do ano de 2021.

b) a construção pela Sergas, em continuidade à estratégia de expansão da sua rede de distribuição de gás natural, de cerca de 14,9 quilômetros de rede, que representaram investimentos da ordem de R\$ 4.195 mil - dentre os principais projetos de expansão de rede desenvolvidos ao longo de 2021, destacam-se: i) Ramal São Braz no município de Nossa Senhora do Socorro; ii) Ramal Aruana Fases III e IV; iii) Ramal Farolândia Fase IV.

Do ponto de vista atuação comercial, a Sergas encerrou o ano de 2021 com um total de 34.093 Unidades Consumidoras (UCs) interligadas ao nosso sistema de distribuição de gás natural, o que representou um acréscimo de 1.584 novas unidades em relação ao número total de UCs registrado em 31/12/2020, as quais estão concentradas em sua grande maioria no segmento Residencial – isso significa mais gente conectada ao gás natural, com o consequente aumento dos níveis de saturação dos gasodutos de distribuição implantados.

Já quando se fala em desafio, não há como não fazer referência à busca pela contratação do suprimento de gás natural que deveria entrar em vigor a partir de 01/01/2022, já que a vigência do contrato de suprimento firmado em 2020 com a Petrobras teria a sua vigência encerrada em 31/12/2021. Com foco em tal objetivo, a Companhia manteve ao longo do ano vários contatos comerciais com importantes agentes da indústria do petróleo, e chegou inclusive a promover negociações de minutos de contrato com alguns deles, seja no âmbito da Chamada Pública lançada no final de 2020 (Compass, Shell, Gollat e Petrobras), seja fora do âmbito dela (Equinor, Excelerate, 3RPetroleum, Petroreconcavo e Origem).

Apesar de todos os esforços depreendidos pela SERGAS durante o ano de 2021, não se verificou a viabilidade para a contratação de uma nova supridora a partir de 01/01/2022 em bases de preços consideradas competitivas, uma vez que nenhum dos potenciais fornecedores preencheu as condições precedentes consideradas essenciais para a assinatura do contrato, entre as quais destacam-se o (i) acesso às infraestruturas de escoamento do gás natural, (ii) de processamento do gás natural e (iii) de transporte de gás natural.

Em razão disso, a única alternativa que restou para a SERGAS foi continuar a relação comercial com Petrobras (atual supridora), o que poderia ocorrer por meio de medida judicial, caso autorizada, ou através da assinatura de um novo instrumento contratual - esse novo instrumento teria prazo de vigência de 04 (quatro) anos e cláusulas de preço da molécula que implicariam em aumentos tarifários bastante significativos a partir de 01/01/2022 (possivelmente em patamares de reajuste próximos dos 50%).

Nesse sentido, em 25/12/2021, foi concedida pelo juízo da Central Plantonista de 1º Grau em Aracaju tutela provisória em ação movida pelo estado de Sergipe em face da Petrobras, no sentido de manter o fornecimento de gás natural à SERGAS, nos exatos termos do contrato atualmente vigente, pelo prazo de 06 (seis)

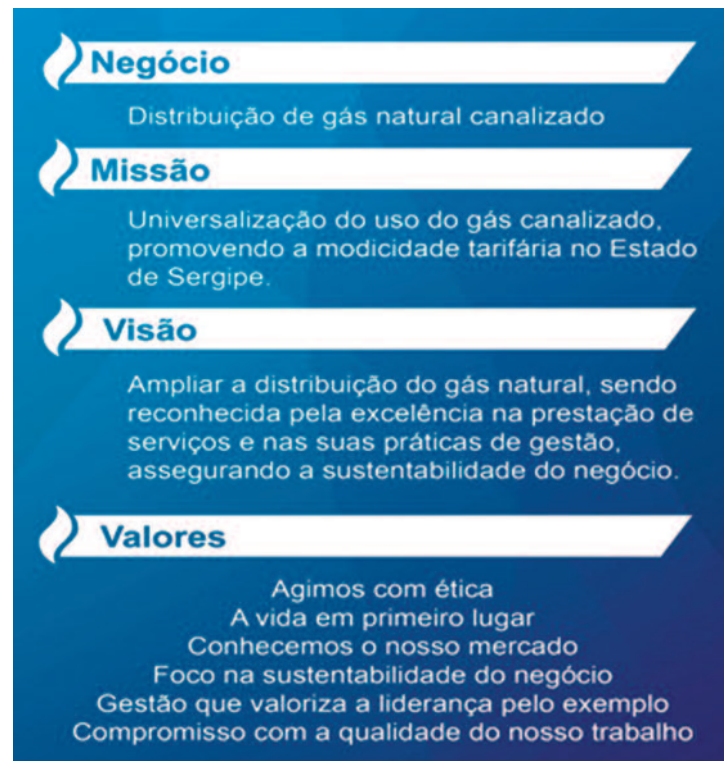
meses a partir de 01/01/2022.

Competiu à Companhia, portanto, continuar empreendendo esforços em 2022 no sentido de viabilizar a assinatura de um novo contrato de suprimento o quanto antes, mitigando assim o risco de uma eventual suspensão/alteração dos efeitos da citada decisão liminar.

Como a relação da Sergas com a sociedade sergipana vai além dos negócios do gás natural, merece destaque a continuidade em 2021 das ações de compromisso social que já vem sendo adotadas há algum tempo, entre as quais citamos o apoio aos projetos sociais mantidos pelas instituições Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer (LFEC) e Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (SAME).

Essas realizações da Sergas no ano de 2021 ratificam a nossa intenção de seguirmos firmes em relação aos compromissos de expandir o gás natural no estado de Sergipe, de beneficiar mais pessoas e empresas com o uso do energético e de manter uma relação cada vez mais próxima com a comunidade sergipana, trabalhando em prol do seu desenvolvimento.

IDENTIDADE DA SERGAS



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONAD)				
ACIONISTA	EFETIVO	SUPLENTE	MANDATO	
			INÍCIO	FIM
SERGIPE	Valmor Barbosa Bezerra	-	07/10/2020	06/10/2023
	Marcelo dos Santos Menezes	-	07/10/2020	06/10/2023
	Vladimir de Oliveira Macêdo	-	07/10/2020	06/10/2023
MITSUI GÁS	Vitor Calazans Baroni	-	03/02/2022	06/10/2023
	-	Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo	07/10/2020	
GASPETRO	Marcela Eira da Silva	-	07/10/2020	06/10/2023

DIRETORIA EXECUTIVA				
ACIONISTA	MEMBROS	CPF	MANDATO	
			INÍCIO	FIM
SERGIPE	VALMOR BARBOSA BEZERRA Diretor Presidente	235.018.125-15	30/07/2019	14/03/2022
GASPETRO	IVONEZ LOURENÇO DOS SANTOS Diretor Técnico e Comercial	100.936.564-91	01/03/2021	14/03/2022
MITSUI GÁS	LAURO DANIEL BEISL PERDIZ Diretor Administrativo e Financeiro	505.207.175-20	03/08/2020	14/03/2022

CONSELHO FISCAL				
ACIONISTA	EFETIVO	SUPLENTE	MANDATO	
			INÍCIO	FIM
SERGIPE	Juliana Alcântara Moreira	-	30/04/2021	Próxima AGO*
GASPETRO	Bruno do Prado Castilho	-	27/07/2021	Próxima AGO*
MITSUI GÁS	Alyne Valentim Muniz	Celso José de Faria Viana	30/04/2021	Próxima AGO*

* Próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO).

DESEMPENHO COMERCIAL

A Sergas comercializou em 2021 um volume total de 98.301 mil m³ de gás natural para o mercado cativo, o que corresponde a uma média diária aproximada de 269 mil m³/dia em vendas de gás natural.

Já no âmbito do mercado livre, a SERGAS movimentou em 2021 um volume total de 345.102 mil m³, o que corresponde a uma média diária 945 mil m³/dia de movimentação de gás natural.

Somando-se o volume comercializado com o volume movimentado, chega-se a um volume total registrado pela Companhia em 2021 da ordem de 443.404 mil m³.

Em comparação com as vendas de 2020, o volume anual comercializado em 2021 foi superior em 17,51%, enquanto que a média diária de vendas foi 17,61 superior àquele apurada no ano anterior, conforme se verifica na tabela abaixo, o que se justifica pela excelente performance do segmento industrial e pela recuperação do consumo do segmento veicular:

ANO	VOLUME ANUAL em mil m ³	VOLUME em mil m ³ /DIA
2020	83.655	229
2021	98.301	269
VAR.%	17,51%	17,61%

Quando comparado o volume de vendas de 2020 com o volume total registrado pela Companhia em 2021 (comercializado + movimentado), tem-se então um crescimento de 430,04%, conforme tabela abaixo:

ANO	VOLUME ANUAL em mil m ³	VOLUME em mil m ³ /DIA
2020	83.655	229
2021	443.404	1.215
VAR.%	430,04%	430,48%

Os principais fatores que contribuíram para o aumento das vendas de um ano para o outro são os seguintes:

1º) Comercialização de cerca de 16,7 mil m³/dia de gás natural à PROQUIGEL no mês de janeiro/2021, refletindo o empenho da Sergas em contribuir para a retomada das atividades da antiga planta da FAFEN-SE, que foi arrendada pelo grupo UNIGEL.

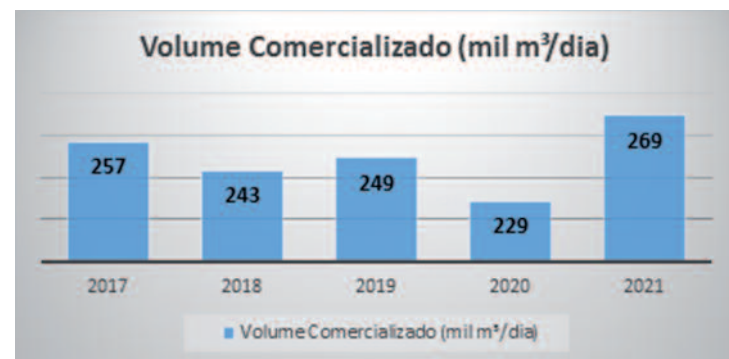
2º) Prestação dos serviços de movimentação de gás natural para a PROQUIGEL a partir de 01/02/2021, na condição de Consumidor Livre, refletindo um volume médio movimentado em 2021 da ordem de 945 mil m³/dia;

3º) Expansão do consumo da Cerâmica Serra Azul, com a entrada em operação de uma nova linha de produção;

4º) Retomada do fornecimento de gás natural à planta industrial da Cerâmica Sergipe, que foi arrendada para a Cerâmica Capri, com um consumo médio de 12,3 mil m³/dia nos últimos meses do ano;

5º) Aumento de 12,7 mil m³/dia no consumo do segmento veicular, como consequência do fim das medidas restritivas de circulação, com a retomada normas das atividades do comércio e das escolas, em conjunto com o aumento da competitividade do GNV em decorrência dos constantes aumentos do preço da gasolina.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do Volume Comercializado de Vendas da Companhia ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, sendo possível verificar que em 2021 a Companhia alcançou o maior patamar de vendas do período analisado, fruto da boa performance do segmento industrial e da recuperação do consumo do segmento veicular.



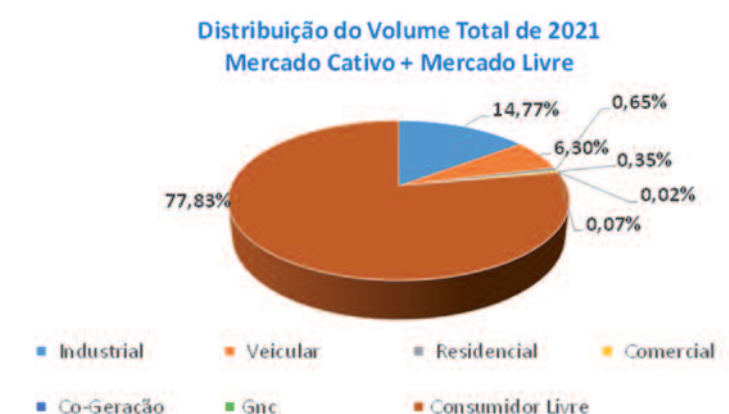
VENDAS POR SEGMENTO

A Sergas encerrou o exercício 2021 com um total de 34.093 unidades usuárias atendidas, sendo 48 do segmento industrial, 283 do segmento comercial, 31 do segmento veicular, 10 clientes do Segmento de cogeração, além de 33.719 unidades pertencentes ao segmento residencial.

A distribuição percentual das vendas de 2021 e de 2020 entre os diversos segmentos atendidos pode ser visualizada nos gráficos abaixo, podendo ser percebido que, em 2021, houve um discreto aumento da participação do segmento veicular nas vendas da Sergas, dado o crescimento de cerca de 20% em relação ao ano anterior, enquanto o consumo industrial cresceu cerca de 17%.



Já o gráfico abaixo demonstra a distribuição percentual de todo o volume registrado pela SERGAS em 2021, considerando o volume comercializado para o mercado cativo, juntamente com o volume movimentado para consumidor livre no âmbito do mercado livre, ficando clara a relevância para a Companhia dos volumes oriundos da movimentação de gás natural para o mercado livre.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



Residencial

O consumo médio anual do segmento residencial em 2021 foi de **7,9 mil m³/dia** registrando-se um **crescimento de 8,53%** em relação a 2020, que pode ser atribuído ao fato de várias empresas terem mantido ao longo de 2021 o regime do tele-trabalho para os seus empregados, fazendo assim com que mais pessoas viessem a passar mais tempo em suas residências. Além disso, deve-se considerar o aumento do consumo oriundo das novas unidades usuárias conectadas à rede de distribuição - a SERGAS chegou a 31/12/2021 com **32.808 unidades consumidoras** pertencentes ao segmento residencial, enquanto que em 31/12/2020 esse número era de **32.157 unidades consumidoras**, o que representa um importante aumento de 651 unidades consumidoras de um ano para o outro, as quais estão distribuídas na Grande Aracaju e no município de São Cristóvão.

Comercial

A Sergas chegou a 31/12/2021 com um **total de 283 estabelecimentos comerciais atendidos pelo gás natural, representando um aumento de 21 unidades em relação ao número apurado em 31/12/2020 (que foi de 262 estabelecimentos)**, o que reflete uma leve retomada do crescimento deste segmento, que foi bastante afetado ao longo de 2020 em função das medidas restritivas impostas para evitar a propagação da COVID-19.

As vendas anuais atingiram a média de 4,3 mil m³/dia, representando um aumento redução de 28,76% em relação à média diária de vendas apurada em 2020, o que se justifica pela retomada das atividades regulares do comércio após o fim das medidas de restrição ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais impostas durante a Pandemia, juntamente com o aumento do consumo oriundo dos novos estabelecimentos comerciais conectados à rede de distribuição.

Veicular

As vendas para o segmento veicular alcançaram em 2021 a média de 76,6 mil m³/dia, representando o expressivo aumento de 20% em relação à média de vendas registrada em 2020, o que se justificou: i) pelo fim das medidas de distanciamento social para o combate à pandemia da COVID-19 impostas pelas autoridades estaduais e municipais, com a consequente reabertura das escolas e retomada do funcionamento regular de estabelecimentos comerciais; e ii) pelo aumento da competitividade do GNV em função dos constantes aumentos do preço da gasolina ocorridos durante o ano.

Vale registrar, finalmente, que o estado de Sergipe registrou 21.249 veículos utilizando GNV ao final 2021, número este que, quando comparado com o número de veículos que utilizavam GNV no fim do ano de 2020, representa um acréscimo de 201 veículos que passaram a fazer uso do combustível, o que demonstra a competitividade do produto frente aos seus concorrentes.

Cogeração

O consumo médio deste segmento foi de 300 m³/dia, representado pelo atendimento a 10 unidades usuárias pertencentes a diferentes ramos de atividade - Rede Hoteleira, Posto de Combustível, Estabelecimento de Ensino e pequena indústria - as quais possuem em comum a economicidade na geração de energia no horário de ponta.

Industrial

A média diária de volume comercializado de gás natural em 2021 foi 17,4 % superior à média diária de vendas apurada em 2020, o que deve ser considerado como um resultado excelente, vez que demonstra a retomada da atividade industrial em Sergipe após um ano marcado por dificuldades decorrentes da pandemia da COVID-19.

Descrição	2020	2021	VAR. (%)	VAR. (mil m ³ /dia)
Volume Industrial (mil m ³ /dia)	152,84	179,39	17,4 %	26,55

Em relação ao segmento industrial tem que ser dado um especial destaque a dois importantes eventos ocorridos no segundo semestre de 2021, que foram:

- i) o aumento do consumo da Cerâmica Serra Azul, com a entrada em operação de uma nova linha de produção; e
- ii) o reinício do fornecimento de gás natural à planta industrial da Cerâmica Sergipe, que foi arrendada para a Cerâmica Capri.

GNC - Gás Natural Comprimido

Em 2021 as atividades do GNC sofreram um indesejado retrocesso, com uma redução de 20% das vendas em relação a 2020, e que chegou ao encerramento das vendas no município de Propriá.

Consumidor Livre

Sergas e a PROQUIGEL QUÍMICA firmaram em 27/01/2021 o Contrato de Prestação dos Serviços de Movimentação de Gás Natural, que foi o primeiro instrumento contratual firmado nesta modalidade entre esta Concessionária e um Consumidor Livre.

Com base em tal contrato, a Sergas iniciou em 01/02/2021 a prestação dos serviços de movimentação de gás natural, tendo movimentado em 2021 uma média de 946 mil m³/dia de gás natural, cuja contrapartida foi o pagamento pela PROQUIGEL da Tarifa de Movimentação - TMOV, nos termos aprovados pela AGRESE.

Vendas Totais (em mil m³) e o Número de Unidades Consumidoras

A tabela abaixo demonstra as Vendas Totais (em mil m³) e o Número de Unidades Consumidoras nos anos de 2020 e de 2021, com a respectiva variação entre os dois anos, além da participação % de cada um dos segmentos em relação ao total registrado nos dias 31/12/2020 e 31/12/2021, respectivamente.

DESCRIÇÃO	VOLUMES TOTAIS (mil m ³ /dia)				NÚMERO DE UNIDADES CONSUMIDORAS		
	2020	2021	VAR. %	PART. % 2021	2020	2021	VAR. %
RESIDENCIAL	7,3	7,9	8,53%	0,65%	32.808	33.719	2,7%
COMERCIAL	3,3	4,3	28,76%	0,35%	262	283	8,0%
INDUSTRIAL	152,8	179,4	17,37%	14,77%	50	48	-4,0%
COGERAÇÃO	0,2	0,3	65,87%	0,02%	10	10	0,0%
GNC	1,1	0,9	-20,21%	0,07%	1	1	0,0%
GNV	63,8	76,6	19,97%	6,30%	31	31	0,0%
CONS. LIVRE	0	945,5	-	77,83%	0	1	100,0%
TOTAL	225,7	279,9	24,45%	100,00%	33.962	34.891	2,9%

RECEITA BRUTA

Em 2021 a Receita Bruta da Sergas alcançou o montante acumulado de R\$ 267.462 mil, representando um aumento de 63,46% em relação a 2020, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR. %
RECEITA BRUTA	163.620.673	267.462.019	63,46%

Os fatores que contribuíram para esse aumento são os seguintes:

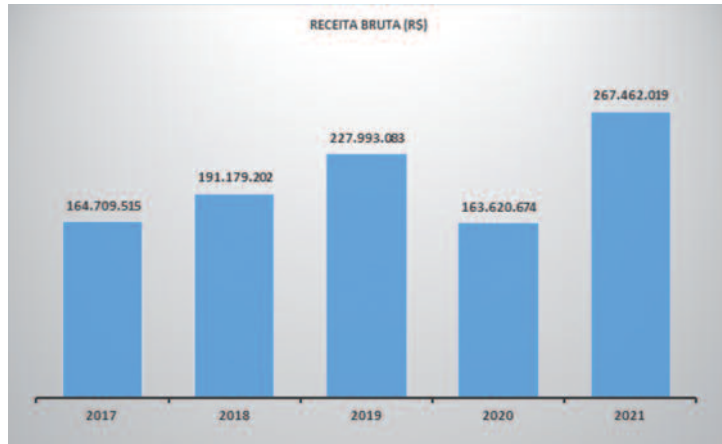
- i) Aumento de 17,51% do volume anual de vendas dos usuários cativos da Companhia em comparação com o ano anterior;
- ii) Reajustes do Preço do Gás praticado pela Supridora, que representaram um aumento acumulado de 59,28% durante o ano de 2021;
- iii) Aprovação pela AGRESE do reajuste de 17,38% da margem regulatória da Concessionária praticada para o mercado

cativo, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão;

iv) Receita oriunda do início da prestação dos serviços de movimentação de gás para a PROQUIGEL a partir de fevereiro de 2021, que totalizou o montante anual de R\$ 7.161.619,32;

v) Aprovação pela AGRESE do repasse do Preço de Gás de Ultrapassagem 2 para dois Usuários do segmento cerâmico a partir de outubro/2021.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Bruta ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, sendo possível verificar que em 2021 a Companhia alcançou o seu maior patamar de Receita Bruta no período analisado, resultado este impulsionado pelo aumento das vendas e, principalmente pelos elevados patamares de preço do gás natural praticados pela Supridora, que em novembro/21 ultrapassaram pela primeira vez o patamar de R\$ 2,00/m³ (ex-tributos).



CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS

Em 2021 o Custo de Aquisição do gás natural junto à Supridora da Sergas, no caso a PETROBRAS, alcançou o montante acumulado de R\$ 175.642 mil, representando um aumento de 69,22% em relação a 2020, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR. %
CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS (EM R\$)	103.793.276	175.642.903	69,22%

As justificativas para esse aumento são as seguintes:

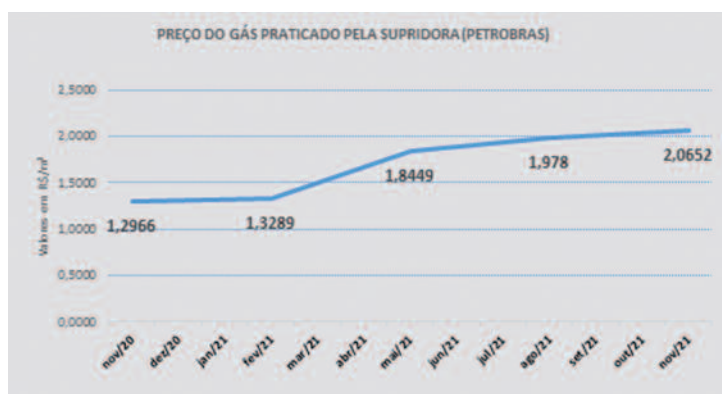
- i) Aumento de 17,51% do volume anual de venda dos usuários cativos da Companhia em comparação com o ano anterior;
- ii) Pagamentos de Preço de Gás de Ultrapassagem 2 (PGU2) à Supridora por consumo diário superior a 275.000 m³, conforme previsão contratual;
- iii) Aumento dos patamares de preço unitário (em R\$/m³) do gás natural praticado pela Supridora ao longo de 2021 quando comparados àqueles praticados em 2020, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	fev-20	mai-20	ago-20	nov-20	fev-21	mai-21	ago-21	nov-21
Preço do Gás em R\$/m ³	1,4084	1,2644	0,9755	1,2966	1,3289	1,8449	1,9780	2,0652

Conforme se verifica na tabela abaixo, o preço do gás praticado pela supridora alcançou um aumento acumulado ao fim do exercício da ordem de 59,28% quando comparado àquele verificado no fim do exercício anterior (2020).

DESCRIÇÃO	nov-20	fev-21	mai-21	ago-21	nov-21
Preço do Gás (PETROBRAS) em R\$/m ³	1,2966	1,3289	1,8449	1,9780	2,0652
Var. % em Relação ao Preço anterior		2,49%	38,83%	7,21%	4,41%
Var. % Acumulada (Preço Mês/Preço Nov-20)		2,49%	42,29%	52,55%	59,28%

O gráfico abaixo demonstra o comportamento do preço do gás natural praticado pela PETROBRAS, na condição de supridora do gás natural, o qual reflete a aplicação da fórmula de reajuste definida no Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível firmado entre as partes em 31 de janeiro de 2020.



Vale ressaltar que todas as variações do preço do gás natural praticado pela Supridora ocorridas nos meses de fevereiro/21, maio/21, agosto/21 e novembro/21 tiveram o seu repasse para as tarifas da Distribuidora autorizados pela AGRESE, conforme preceitua o Contrato de Concessão.

MARGEM BRUTA

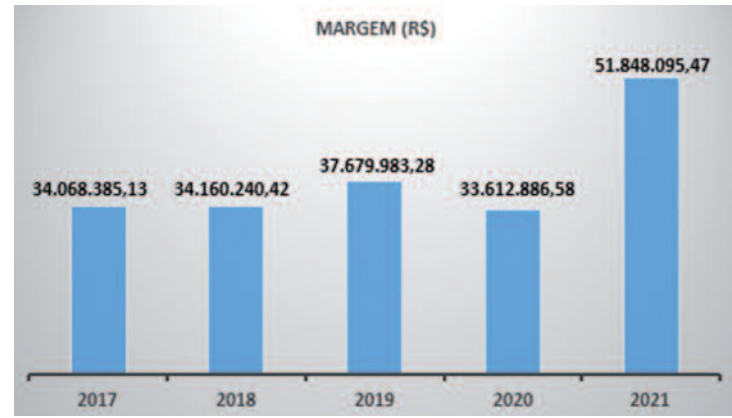
Em 2021 a Sergas registrou uma Margem Bruta de R\$ 51.848 mil, o que representou um aumento de cerca 54,25% em relação à Margem Bruta de 2020, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR. %
MARGEM BRUTA (EM R\$)	33.612.886,58	51.848.095,47	54,25%

As principais justificativas para esse aumento são as seguintes:

- i) Aumento de 17,51% do volume anual de venda dos usuários cativos da Companhia em comparação com o ano anterior;
- ii) Aprovação pela AGRESE do reajuste de 17,38% da margem bruta unitária praticada para o mercado cativo a partir de agosto/21, com efeito retroativo a 1º/maio/21, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão, resultando em uma margem regulatória média para o mercado cativo de R\$ 0,5024/m³, conforme Nota Técnica nº 12/2021 da Diretoria Técnica da AGRESE, de 29 de julho de 2021 e Portaria da AGRESE nº 39/2021 de 09 de agosto de 2021.
- iii) Receita oriunda do início da prestação dos serviços de movimentação de gás para a PROQUIGEL a partir de fevereiro de 2021, que totalizou no ano o montante de R\$ 7.161.619,32;

O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Bruta ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, sendo possível verificar que em 2021 a Companhia alcançou o seu maior patamar de Margem Bruta no período analisado, resultado este impulsionado pelo aumento das vendas, pelo reajuste da margem regulatória autorizada para o mercado cativo, e pelo início da prestação dos serviços de movimentação de gás natural para o Consumidor Livre PROQUIGEL.



Para o entendimento do comportamento da Margem Bruta em Reais (R\$) da Sergas nos 5 (cinco) últimos anos é necessário fazer uso de outros dois indicadores, que são o volume anual comercializado e a margem bruta em R\$/m³, os quais estão expressos na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
VOLUME COMERCIALIZADO EM m ³ /ANO	88.746.747	90.870.472	93.707.402	83.654.980	98.301.481
MARGEM BRUTA EM R\$	34.068.385	34.160.240	37.679.983	33.612.887	51.848.095
MARGEM BRUTA EM R\$/m ³	0,3636	0,3849	0,4147	0,4018	0,5274
VARIACÃO % (ANO/ANO ANTERIOR)		5,87%	7,73%	-3,10%	31,26%

A análise da tabela leva à conclusão de que os fatores que mais contribuíram para o aumento da Margem Bruta em Reais (R\$) em 2021 foram o aumento do volume comercializado pela Companhia, o reajuste autorizado da margem regulatória para o mercado cativo, e a receita oriunda do volume movimentado para Proqui-ge.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2021 os Custos e Despesas Operacionais, juntamente com o valor das outras receitas e despesas operacionais, da Sergas alcançaram o montante acumulado aproximado de R\$ 30.272 mil, representando um aumento de 454,05% em relação a 2021, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR. %
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS + OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	8.550.298	- 30.272.387	-454,05%

As principais justificativas para essa variação são as seguintes:

- i) o ano de 2021 foi um ano marcado pela gradual retomada da operação regular da Companhia após o ápice da pandemia ocorrido ao longo de 2020, incluindo, entre outros, o trabalho 100% presencial na sede administrativa e a execução de ações que haviam sido adiadas ou canceladas no ano anterior;
- ii) o resultado do ano de 2020 foi marcado pela indenização oriunda do TEP assinado entre a Sergas e a PETROBRAS, e homologado pelo STF.

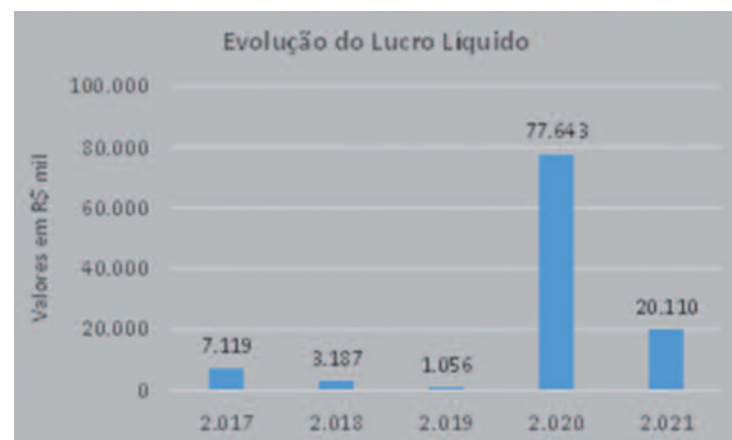
LUCRO LÍQUIDO

Em 2021 o Lucro Líquido da Sergas alcançou o montante acumulado aproximado de R\$ 20.110 mil, representando uma redução de 74,10% em relação a 2020, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR. %
LUCRO LÍQUIDO	77.643.308	20.109.925	-74,10%

As principais justificativas para essa variação são as seguintes:

- i) o resultado do ano de 2020 foi marcado pela indenização oriunda do TEP assinado entre a Sergas e a PETROBRAS, homologado pelo STF, e cujas premissas foram previamente aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia de Acionistas da Companhia;
- ii) contribuíram para o Lucro Líquido de 2021 os seguintes fatores:
 - Aumento de 17,51% do volume anual de venda dos usuários cativos da Companhia em comparação com o ano anterior;
 - Aprovação pela AGRESE do reajuste de 17,38% da margem bruta unitária praticada para o mercado cativo a partir de agosto/21, com efeito retroativo a 1º/maio/21; e
 - Receita oriunda do início da prestação dos serviços de movimentação de gás para a PROQUIGEL a partir de fevereiro de 2021.
- Já o gráfico abaixo demonstra o comportamento do Lucro Líquido durante os 5 (cinco) últimos anos, onde se percebe:
 - a) que nos anos de 2018 e 2019 a Sergas se viu diante da significativa redução do Lucro anual, basicamente em função da obrigação contratual de pagamento de penalidade de Encargo de Capacidade à sua Supridora (PETROBRAS) decorrente da não utilização pela Concessionária da Capacidade de Transporte definida no Contrato de suprimento de gás natural, além do impacto significativo das perdas decorrentes da provisão de créditos de liquidação duvidosa relativos à CERSESA;
 - b) que o Lucro Líquido do ano de 2020 foi atípico, tendo sido marcado pela indenização oriunda do TEP assinado entre a Sergas e a PETROBRAS, e homologado pelo STF;
 - c) que o Lucro Líquido do ano de 2021 foi fortemente marcado por fatores como o aumento das vendas para os usuários cativos da Companhia em comparação com o ano anterior, pelo reajuste autorizado pela AGRESE da margem bruta unitária praticada para o mercado cativo e, principalmente, pela receita oriunda do início da prestação dos serviços de movimentação de gás para a PROQUIGEL.



INVESTIMENTOS

A Sergas registrou em 2021 um montante total de investimentos de R\$ 11.353 mil, representando um aumento de 65,55% em relação a 2020, conforme tabela abaixo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



DESCRIÇÃO	2020	2021	VAR.%
INVESTIMENTOS	6.857.657	11.353.106	65,55%

De forma resumida, a Companhia encerrou o ano de 2021 com os seguintes indicadores relacionados a investimentos:

- i) O investimento de R\$ 8.139 mil em projetos de expansão de rede e de saturação para ligação de novas unidades usuárias;
- ii) Construção de 14,9 km de rede de distribuição de gás natural;
- iii) Conexão de 947 novas unidades usuárias ao sistema de distribuição de gás natural da Sergas.

SOBRE OS INVESTIMENTOS PARA A EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Os 5 principais projetos de expansão da rede de distribuição para áreas não atendidas pelo gás natural realizados pela Sergas ao longo do exercício estão listados na tabela abaixo, tendo os mesmos alcançado o montante total de R\$ 2.819 mil.

EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO
RAMAL SÃO BRAZ	R\$ 1.259 mil
RAMAL ARUANDA (FASE 4)	R\$ 582 mil
RAMAL FAROLÂNDIA (FASE 4)	R\$ 194 mil
RAMAL BAIRRO INDUSTRIAL	R\$ 177 mil
RAMAL LUZIA (FASE 6)	R\$ 148 mil

SOBRE OS INVESTIMENTOS PARA SATURAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Os investimentos voltados para saturação de rede alcançaram em 2021 o montante total aproximado de R\$ 1.642 mil, o que propiciou a ligação de 947 novas unidades usuárias ao sistema de distribuição de gás natural.

SOBRE OS INVESTIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA UNIGEL AGRO SE

Os investimentos voltados para implantação da Estação de Medição da Unigel Agro SE (PROQUIGEL) alcançaram em 2021 o montante total aproximado de R\$ 1.428 mil, sendo o primeiro consumidor livre da distribuidora.

SOBRE MELHORIAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E INVESTIMENTOS DE TI

Em relação a esses investimentos que envolvem a compra de máquinas e equipamentos, bens de TI para modernização do parque tecnológico da Companhia e reforma na sede administrativa justificada pelos seus 10 (dez) anos de uso, a realização da Sergas alcançou em 2021 o montante de cerca de R\$ 2.208 mil, divididos conforme tabela abaixo:

MELHORIAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E INVESTIMENTOS DE TI	VALOR EM R\$ MIL
REFORMA DA SEDE	R\$ 624 mil
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 411 mil
INVESTIMENTOS DE TI	R\$ 1.173 mil
TOTAL	R\$ 2.208 mil

SOBRE OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

O gráfico abaixo demonstra os valores dos Investimentos durante os 5 (cinco) últimos anos, onde se percebe que a Sergas vem conseguindo manter um ritmo relevante e constante de investimentos, com destaque para o ano de 2021 com uma realização 65,54% superior à realização do ano de 2020.



Quando se analisa o gráfico acima, fica claro o esforço da Sergas de expandir cada vez mais o uso do gás natural no estado de Sergipe, em todos os segmentos de mercado por ela atendidos, reforçando cada vez mais a sua importância para a sociedade sergipana.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir é apresentado o resumo do desempenho econômico e financeiro da companhia no exercício de 2020:

INDICADORES ECONÔMICOS	UNIDADE	REALIZADO		
		2020	2021	VARIACÃO
Receita Líquida de Venda	mil R\$	137.406	227.426	65,51%
Margem	mil R\$	33.613	55.848	54,25%
Custeio e Despesas Operacionais + Outras Receitas e Despesas Operacionais	mil R\$	8.550	-30.272	-454,05%
Resultado Líquido	mil R\$	77.643	20.110	-74,10%
Investimentos	mil R\$	6.857	11.353	65,57%
Patrimônio Líquido	mil R\$	111.473	121.313	8,83%

PANORAMA REGULATÓRIO

Em agosto de 2021 a AGRESE concedeu um reajuste de 17,38% da margem bruta unitária da Concessionária para o mercado cativo, com efeito retroativo a 1º de maio de 2021, resultando em uma margem bruta média unitária de R\$ 0,5024/m³, conforme Nota Técnica nº 12/2021 da Diretoria Técnica da AGRESE, de 29 de julho de 2021 e Portaria da AGRESE nº 39/2021 de 09 de agosto de 2021.

Durante o ano de 2021, em decorrência da política de preços do gás natural praticada pela supridora (PETROBRAS), segundo as regras de reajustamento do Contrato, o Preço de Compra do Gás Natural pela SERGAS sofreu reajustes acumulados da ordem de 59,28% (sendo 2,49% em fevereiro, 38,83% em maio, 7,21% em agosto e 4,41% em novembro), que foram integralmente repassados para as tarifas da Concessionária, conforme preceitua o Contrato de Concessão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é uma prática constante na Sergipe Gás S.A. em seus processos de contratação e aquisição.

A SERGAS mantém monitoramento constante do consumo dos recursos naturais sempre adotando práticas que assegurem o uso consciente. Em 2021, por meio da coleta seletiva, destinou, assim como em 2020, mais de 200 kg de material para reciclagem, tais

como papel, plástico e papelão e adotou práticas para a redução de consumo dos recursos naturais.

Além disso, durante o ano de 2021, a Sergipe Gás S/A realizou uma série de ações de cunho social através das seguintes iniciativas:

- a) Em junho de 2021, promoveu a doação de cestas básicas para o Lar Dulce Lar e o Instituto Rahamin, instituições sem fins lucrativos dedicadas à assistência de pessoas em estado de vulnerabilidade social, localizadas no município de Aracaju.
- b) Em julho de 2021 a SERGAS, com base no Convênio de Cooperação Técnica (Termo de Convênio 003/2021) firmado com a SMTT – Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito, construiu 02 (dois) abrigos de parada de ônibus de transporte coletivo municipal, ambos construídos com material ecológico, entregando-os para o uso da comunidade do Conjunto Augusto Franco no município de Aracaju, e responsabilizando-se pela sua manutenção durante 12 (doze) meses.
- c) Em outubro de 2021, promoveu a doação de brinquedos para o dia das crianças no povoado Caraibas no município de Canhoba em Sergipe.
- d) Em dezembro de 2021, promoveu a doação de produtos de limpeza e rações para as seguintes instituições sem fins lucrativos dedicadas aos cuidados de animais carentes e abandonados: ADASFA, Fraternidade Pet, Meu Coração Tem 4 Patinhas, Anjos e Lar Temporário da Tia Gil, localizadas nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros.

Ainda durante o ano de 2021 a SERGAS exerceu seu compromisso social apoiando os projetos sociais das instituições: Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer (LFECC) e Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (SAME).

A LFECC – Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer é uma instituição fundada em 1964 e caracterizada como uma entidade filantrópica de apoio às mulheres sergipanas carentes na educação e prevenção do câncer ginecológico e mamário, a entidade realiza mais de 30 mil atendimentos por ano por meio de uma equipe multidisciplinar de voluntários.

O SAME – Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição é uma instituição de longa permanência para pessoas idosas fundada em 1949 e com sede no Bairro Industrial em Aracaju/SE. A instituição acolhe em regime asilar 60 pessoas carentes, sendo 45 mulheres e 15 homens e sua missão é proporcionar aos idosos acolhidos um processo de envelhecimento com dignidade e qualidade de vida.

*Selo de responsabilidade social e ambiental SERGAS



RECURSOS HUMANOS

Em 2021, ainda com a continuidade dos efeitos da grave crise sanitária de âmbito global iniciada em 2020, foram adotadas medidas pela Sergas para a manutenção do bom desempenho dos processos organizacionais, alinhados às diretrizes e aos objetivos estratégicos da Companhia.

Focando no campo de treinamento e desenvolvimento, por meio de cursos e palestras virtuais, a qualificação foi realizada com base nas seguintes temáticas: Governança e Conformidade em conformidade com a Lei 13.303/2016, Privacidade e Proteção de Dados (LGPD), Gerenciamento de Redes Sociais, Cuidados no Trânsito, Saúde e Qualidade de Vida, Desafios de lidar com a Pandemia no Ambiente de Trabalho, entre outros.

Ainda em 2021, a Sergas aprimorou os processos de Recursos Humanos criando a Norma relativa à Movimentação Setorial de Pessoal responsável para regulamentar o processo de movimentação interna profissional (entre setores) prevista no seu PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Além disso, merece destaque:

- a) A aprovação da revisão da Política de Participação nos Resultados dos Empregados;
- b) A assinatura entre a SERGAS e o SINERGIA/SE – SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE SERGIPE do Acordo Coletivo de Trabalho 2021 -2022; e
- c) A assinatura entre a SERGAS e a Comissão formada por Representante dos Empregados, composta também, nos termos da Lei 10.101/00, por um representante do SINERGIA/SE - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE SERGIPE, do PPR - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS PELOS EMPREGADOS Exercícios 2021 E 2022.

Finalmente, a Companhia encerrou o exercício de 2021 com uma força de trabalho composta por 76 colaboradores, sendo 3 diretores, 68 empregados próprios, 02 estagiários e 03 jovens aprendizes.

PERSPECTIVAS PARA 2022

A nossa expectativa, e o nosso desejo, é de que o ano de 2022 seja ainda melhor.

A principal expectativa é a de assinatura durante os primeiros meses do ano de um novo contrato (ou mais de um contrato) de suprimento de gás natural que defina uma Quantidade Contratada firme compatível com a demanda projetada da Distribuidora, e que reflita condições de Preço da Molécula vantajosas, principalmente quando comparadas às condições comerciais de suprimento alcançadas pelas Distribuidoras Estaduais vizinhas.

Outra expectativa que temos é o de continuidade do crescimento do consumo dos diversos segmentos atendidos pela Concessionária, notadamente o industrial e o veicular. Além disso, são esperados:

- i) a recuperação gradual do segmento comercial, que sem dúvida alguma, foi o mais afetado pela pandemia ao longo de 2020, e cujos efeitos perduram até 2021;
- ii) o desenvolvimento do segmento de GNC, com a concentração de esforços para a retomada do fornecimento em Propriá, e a sua possível expansão para outros municípios;
- iii) o aumento dos níveis de saturação do sistema de distribuição da Companhia, com a conexão de mais usuários à rede de gás natural, notadamente no segmento residencial, contando para isso com os Incentivos para conversão previstos na Política interna da SERGAS.
- iv) o crescente aumento do consumo do Segmento veicular, em função da competitividade do GNV frente à gasolina, juntamente com as ações de incentivo à conversão que estão em estudo.

Existem outros motivos que nos levam a estarmos otimistas de que teremos um 2022 melhor. Vejamos alguns deles:

- i) a Sergas espera que as Chamadas Públicas para Aquisição de Gás Natural a serem realizadas durante o ano de 2022 sejam concluídas com sucesso, com a consequente redução dos

preços de aquisição do gás natural a serem praticados ainda em 2022, e a partir de 2023.

ii) na esfera regulatória, a Sergas pretende manter o diálogo permanente com o ente regulador estadual, discutindo aspectos como Preço Médio Ponderado de Aquisição de Gás Natural, Conta Gráfica e Metodologia de Cálculo da Margem Bruta definida no ANEXO I, do Contrato de Concessão.

iii) já no âmbito tributário, a SERGAS espera equacionar o acúmulo dos créditos de ICMS que vem ocorrendo desde 2019 em decorrência do balanço entre as compras interestaduais de gás natural feitas junto à Supridora, com ICMS destacado de 7% ou de 12%, a depender de qual unidade da federação se originou o gás, e das vendas de gás natural pela SERGAS aos usuários industriais beneficiados pelo PSDI, com isenção ou diferimento do ICMS.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

ENDEREÇO: AV. EMPRESÁRIO JOSÉ CARLOS SILVA, 2482, C.J. AUGUSTO FRANCO, BAIRRO FAROLÂNDIA - ARACAJU - SE - CEP 49030-640

TELEFONE: (79) 3243-8500.

OUVIDORIA: (79) 3243-8500 – RAMAL 8515.

SAC: 0800 284 5236

PLANTÃO 24H: 0800 284 7976

WWW.SERGIPEGAS.COM.BR

DIRETORIA EXECUTIVA:

Valmor Barbosa Bezerra
Diretor Presidente

Ivonez Lourenço dos Santos
Diretor Técnico e Comercial

Lauro Daniel Beisl Perdiz
Diretor Administrativo e Financeiro



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
SERGIPE GÁS S.A. – SERGÁS
Aracaju - SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SERGIPE GÁS S.A. – SERGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERGIPE GÁS S.A. – SERGÁS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia é parte integrante de diversos processos judiciais em andamento nas áreas cível, trabalhista e tributária, cujos prognósticos de avaliação dos riscos envolvidos tem processo indicado com risco de perda provável, na opinião dos assessores jurídicos e administradores da Companhia. Por esse motivo, foi contabilizada a provisão para contingências nesse exercício. Dependendo das decisões finais nos processos em tramitação e após julgados, poderá ocorrer à necessidade de ajustes nessas provisões para contingências, com reflexo no Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Conforme nota explicativa nº 30, a Companhia ajuizou em 2016, em conjunto com algumas concessionárias associadas à ABEGÁS - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, ação com o objetivo de declarar o direito destas distribuidoras de gás natural de excluir o ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da Cofins. Em maio de 2021, o plenário do STF - Supremo Tribunal Federal, através de julgamento dos embargos declaratórios no Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706, determinou o correto ICMS a ser excluído da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da Cofins, além de definir a modulação dos efeitos, determinando que todos os contribuintes que ajuizaram medidas judiciais até 15/mar./17 (data da conclusão do julgamento do RE 574.706 pelo STF) asseguraram o direito à compensação/repetição dos valores indevidamente recolhidos com efeito retroativo aos últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento ou requerimento administrativo de restituição. Em janeiro de 2022, a Companhia iniciou processo de contratação de empresa especializada para levantamento e validação dos créditos a serem recuperados a fim de protocolar pedido de habilitação dos créditos junto à Secretaria de Receita Federal do Brasil e, após deferimento do referido órgão fiscalizador, proceder ao reconhecimento contábil do montante levantado, procedimento que, quando formalizado deverá se refletir nas demonstrações financeiras correspondentes em montante ainda não definido.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós examinadas com emissão de relatório datado de 05 de fevereiro de 2021, sem conter modificações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 08 de fevereiro de 2022.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/O-2 S-SE
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-SE

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	6	76.929	85.911	Fomecedores	11	30.042	15.203
Contas a receber de clientes	7	16.615	8.144	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	12	2.198	2.145
Estoques		989	1.534	Tributos a pagar	13	1.998	1.397
Tributos a recuperar	8	14.019	7.539	Contas a pagar a parte relacionadas	14	29	75
Despesas antecipadas		803	665	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 e 15	4.354	18.569
Outros ativos		169	130	Outros passivos	16	3	188
Total dos ativos circulantes		109.524	103.923	Total dos passivos circulantes		38.624	37.577
Não circulantes				Não circulantes			
Tributos a recuperar	8	1.075	1.282	Provisões para contingências	17	941	1.267
Depósitos judiciais	9	3.821	3.609				
Intangível	10	46.458	41.504	Total dos passivos não circulantes		941	1.267
Total dos ativos não circulantes		51.354	46.395	Total dos passivos		39.565	38.844
TOTAL DO ATIVO		160.878	150.318	TOTAL DO PASSIVO		160.878	150.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receta líquida - Venda de gás e serviços	19	227.426	137.406
Receta de construção (ICPC 01)	19	11.353	6.857
		238.779	144.263
Custos dos produtos vendidos	20	(187.569)	(114.834)
Custo de construção (ICPC 01)	20	(11.353)	(6.857)
		(198.912)	(121.691)
Lucro bruto		39.867	22.572
Recorras (despesas) operacionais	21	(1.544)	(1.463)
Despesas comerciais	22	(16.985)	(37.037)
Despesas gerais e administrativas	23	238	58.092
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			
Lucro antes do resultado financeiro		21.576	42.164
Recorras financeiras	24	3.458	73.735
Despesas financeiras	24	(202)	(580)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.832	115.319
Imposto de renda	25	(2.731)	(27.659)
Contribuição social	25	(1.991)	(10.016)
Lucro líquido do exercício		20.110	77.644
Dividendos adicionais propostos	26	12.62	48.71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro do exercício	20.110	77.644
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	20.110	77.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para contingências	Reserva de retenção lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2020	38.182	4.268	-	4.703	5.545	3	-	52.701
Aumento de capital	18	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados (0,002/ação)	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro líquido do exercício (48,71/ação)	-	-	-	-	-	-	77.644	77.644
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal (2,11/ação)	18	3.368	-	-	-	-	(3.368)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (1,50/ação)	15	-	-	-	-	-	(2.398)	(2.398)
Complemento dividendos mínimos obrigatórios (10,33/ação)	15	-	-	-	-	-	(18.470)	(18.470)
Dividendos adicionais propostos (34,78/ação)	15	-	-	-	-	55.408	(55.408)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.182	7.636	-	4.703	5.545	55.408	-	111.474
Aumento de capital	18	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados (3,48/ação)	18	-	-	-	(5.545)	-	-	(5.545)
Lucro líquido do exercício (12,61/ação)	-	-	-	-	-	-	20.110	20.110
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	18	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (1,69/ação)	18	-	2.693	-	-	-	(2.693)	-
Juros sobre o capital próprio (1,87/ação)	15	-	-	-	-	-	(2.983)	(2.983)
Complemento dividendos mínimos obrigatórios (1,09/ação)	15	-	-	-	-	-	(1.743)	(1.743)
Dividendos adicionais propostos (7,96/ação)	15	-	-	-	-	12.691	(12.691)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.182	7.636	2.693	4.703	-	68.099	-	121.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.110	77.644
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:		
Amortização	6.241	5.972
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(327)	137
Provisão para contingências	26.163	83.896
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(8.610)	2.613
Cortas a receber de clientes	545	(840)
Estoques	(6.273)	(4.065)
Tributos a recuperar	(138)	(129)
Outros ativos	(99)	(23)
Aplicações financeiras	(212)	(7.732)
Depósitos judiciais	(14.727)	(4.649)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	14.839	6.641
Fomecedores	53	904
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	229	(539)
Tributos a pagar	(46)	1
Contas a pagar a parte relacionadas	-	(886)
Débitos nas operações de venda de gás	(185)	(481)
Outros passivos	14.890	5.640
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.326	84.886
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(11.353)	(6.857)
Baixa de intangível	158	949
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.195)	(5.908)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(22.014)	(3)
Juros sobre capital próprios pagos	(2.999)	(876)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(24.113)	(879)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.982)	78.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.911	7.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	76.929	85.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas		
Vendas de produtos	278.815	170.478
Vendas canceladas	(354)	(177)
Outras receitas	905	60.771
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(139)	(142)
	279.225	230.930
Insuamos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(230.811)	(138.033)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.685)	(19.035)
	(235.496)	(157.068)
Valor adicionado bruto	43.729	73.862
Amortização	(6.241)	(5.972)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	37.488	67.890
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.458	73.735
Valor adicionado total a distribuir	40.946	141.625
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	10.912	10.331
Benefícios	2.474	2.227
FOTs	712	642
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	11.344	51.994
Estaduais	(5.581)	(2.216)
Municipais	388	27
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	385	396
Outras	202	580
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	2.983	2.398
Dividendos	1.743	1.743
Lucros retidos	15.384	58.776
Valor adicionado distribuído	40.946	141.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



SERGIPE GÁS S/A - SERGAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 27 de dezembro de 1993, a Sergipe Gás S/A - SERGAS ("Companhia") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 3.305, de 28 de janeiro de 1993, tendo por objeto social a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e o armazenamento de gás.

Em 11 de março de 1994, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre o Concessionário e o poder concedente - Estado de Sergipe.

O contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 50 anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do Concedente, resguardados sempre o interesse público e adequada prestação dos serviços concedidos.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, levando-se em consideração as projeções dos volumes de gás a serem comercializados e os respectivos investimentos, na forma dos critérios definidos no Anexo I – Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Sergipe. A tarifa também será revisada antes do prazo fixado, se ocorrer causas que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma e prazos necessários a evitar prejuízos com a defasagem tarifária.

2. Impactos da covid-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Diante disso, a partir de março de 2020, a Administração da SERGAS emitiu normas com o intuito de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Nesse sentido, a SERGAS criou um Comitê de Gestão de Crise com o objetivo de monitorar e mitigar os impactos nas principais atividades da Companhia. O comitê se reúne, sempre que necessário, para acompanhamento de orientações, ações e estatísticas no Estado de Sergipe e na Companhia. Algumas das medidas adotadas pelo comitê foram: adoção de teletrabalho para os casos possíveis, higienização constante da sede, reuniões por videoconferência, acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio do médico do trabalho, incluindo testes em sua força de trabalho, além da preservação das condições financeiras adequadas para enfrentar a crise, dentre outras.

Para o exercício de 2021 a SERGAS realizou as seguintes ações: desinfecção semanal, aquisição de álcool portátil para cada funcionário, acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados, emissão de informativos abordando a importância da vacinação, acompanhamento da 1ª e 2ª doses da vacinação e manutenção de contrato com laboratório para teste de covid de empregados para acessos a empresas que exigiam teste negativo.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, a Administração levantou os impactos nos negócios da Companhia, a seguir:

2.1. Contas a receber

Com relação ao ano anterior, houve uma redução na inadimplência em R\$ 3 mil, equivalente a 2%, causado basicamente pelo segmento comercial.

A Companhia, tentando mitigar os riscos de inadimplência, adotou as seguintes ações para os segmentos comercial e industrial, este último, apenas com consumo inferior a 500 m³/dia:

Para esses segmentos, visando amenizar os impactos causados em suas atividades pelas restrições às atividades econômicas, foi ofertada uma flexibilidade nos pagamentos que vienciam nos meses de março a agosto de 2021 em até 6 meses, sem incidência de juros ou multa.

Os usuários que não tinham interesse em aderir ao parcelamento poderiam optar por prorrogar em 30 dias o vencimento da fatura mensal sem que incorressem em juros ou multas.

O reflexo dessas ações para os clientes desse segmento foi, principalmente, uma maior disponibilidade no fluxo de caixa, possibilitando a redução do risco de insolvência e consequentemente de inadimplência perante a Companhia.

2.2. Eventos subsequentes

Para o exercício de 2022, até o momento, não identificamos impactos relevantes oriundos da covid-19 que possam afetar nossas operações.

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 de 2 de maio de 2009, pela Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 08 de fevereiro de 2022.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras têm como moeda funcional o Real, são apresentadas em milhares de reais, sendo arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Provisão para perda de crédito;
- Nota 10 - Intangível; e
- Nota 17 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em base anual.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para perda de crédito foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Para o cálculo da provisão foi utilizada a média de perdas dos últimos cinco anos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange fornecedores e outras contas a pagar.

i. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registrados pelo valor contratado. Tendo em vista o curto prazo de quitação dessas obrigações, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

ii. Outras contas a pagar

São demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2021		31/12/2020		Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	6	76.929	76.929	85.911	85.911	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber, líquidas	7	16.615	16.615	8.144	8.144	Empréstimos e recebíveis
		93.544	93.544	94.055	94.055	Custo amortizado
Passivo (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	11	30.042	30.042	15.203	15.203	Passivo financeiro pelo custo amortizado
		30.042	30.042	15.203	15.203	Custo amortizado

4.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.3. Capital social

a) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

4.4. Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a. e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa conforme contrato de concessão.

Contrato de concessão

A Companhia tem assinado com o Estado de Sergipe Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1, segundo o qual o Poder Concedente regula

os serviços por ela prestados juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda, segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato de concessão.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra de recuperação via tarifa conforme definido no Contrato de Concessão, o qual define que o prazo de recuperação da tarifa é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização pelos investimentos efetuados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações, sendo este valor registrado como ativo financeiro.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos – impairment

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita com contrato de cliente (NBC TG 47).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



4.8. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda ao ICMS, pela alíquota de 18%.

Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

b) Impostos e contribuições sobre o lucro

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, concedendo direito à redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

Conforme disposto pela Lei no 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado como retificadora da rubrica imposto de renda. Ao final do exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no ano é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais.

4.9. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui incentivo fiscal junto à SUDENE com redução de imposto de renda.

4.10. Benefício a empregados

a) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GAS-PREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos das contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GAS-PREV são:

- Aposentadoria normal
- Aposentadoria antecipada
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte e
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões e
- Plano de assistência médica para empregados ou participantes e assistidos.

4.11. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

4.12. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.13. Arrendamento

A Companhia possui contratos de aluguéis de máquinas impressoras, terreno e veículos.

A norma CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

De acordo com as análises efetuadas em todos os contratos, a Companhia não reconheceu arrendamentos pois são de curto prazo (12 meses) ou arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

5. Termo de Encerramento de Pendência

Em 2020 ocorreu a homologação, pelo Supremo Tribunal Federal e pela instância competente da Justiça Estadual de Sergipe, do Termo de Encerramento de Pendência (TEP) negociado e assinado entre a Sergas e a PETROBRAS em 26 de dezembro de 2019, pondo fim ao processo judicial nº 200573020856. Este instrumento contratual possui cláusulas de confidencialidade.

No TEP também foi negociada a indenização devida pela Sergas à PETROBRAS em decorrência da desapropriação e da instituição de

servidão administrativa de áreas em favor da Sergas, conforme Decreto Estadual nº 30.896, de 01 de novembro de 2017, englobando os trechos aéreos de tubulação localizados nos limites de bateria entre instalações de transporte e as instalações da FAFEN-SE e o limite de bateria projetado pela Sergas - como a operação e manutenção desses trechos de tubulação passou a ser de responsabilidade da Sergas, o valor referente a essa indenização foi contabilizado como ativo da concessão, passando, portanto, a integrar a base de ativos da Concessionária.

O valor da indenização acordada foi contabilizado pela Sergas nas contas de Outras Receitas Operacionais e Outras Receitas Financeiras em 10/03/2020. Sobre o valor total da indenização foram retidos honorários advocatícios, que foram contabilizados como Despesa Administrativa com serviços advocatícios, e calculados os tributos devidos, os quais foram contabilizados em suas respectivas contas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	49	15
Aplicações financeiras	76.880	85.896
	76.929	85.911

As aplicações financeiras classificadas no curto prazo referem-se a operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 98 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Segmento veicular	5.425	2.596
Segmento industrial	13.026	8.469
Segmento residencial	1.368	926
Segmento comercial	1.126	688
Subtotal	20.945	12.679
Parcelamento de clientes (a)	2.701	2.720
Penalidade contratual	1.593	1.230

(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	(8.624)	(8.485)
Total contas a receber clientes	16.615	8.144

Circulante	16.615	8.144
------------	--------	-------

(a) O parcelamento de clientes refere-se a confissões de dívidas assinadas com clientes em virtude do não pagamento de notas fiscais de vendas de gás.

A movimentação da conta de provisão para perda de crédito, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	8.485	8.343
Provisões efetuadas (a)	139	142
	8.624	8.485

(a) A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado. Diante disso e do aumento das contas a receber de clientes, houve complementação da provisão para perda de crédito nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	16.615	8.060
Vencidos até 90 dias	-	84
Vencidos há mais de 90 dias	8.624	8.485
	25.239	16.629

O prazo médio de recebimento é 15 dias. Para os recebimentos em atraso é cobrada multa de 2% e juros de 1% ao mês pro rata tempore.

8. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS sobre aquisição de gás natural (a)	11.921	5.289
ICMS sobre aquisição de intangível	618	761
IRPJ Saldo negativo	1.260	1.344
IRPJ diferido	336	383
CSLL Saldo negativo	838	906
CSLL diferida	121	138
	15.094	8.821
Circulante	14.019	7.539
Não circulante	1.075	1.282

(a) Em 05/07/2019, o Estado de Sergipe publicou os Decretos nº 40.401 e 40.402 concedendo diferimento e isenção de ICMS nas saídas de gás utilizadas no processo industrial para as empresas inscritas no PSDI – Programada Sergipano de Desenvolvimento Industrial. Respaldo no Parecer Consultivo SEFAZ/SE nº 0043/2019, a Companhia desde julho de 2019 vem se creditando do ICMS das notas fiscais de aquisição do gás emitidas pelo seu supridor, acumulando os correspondentes créditos.

9. Depósitos Judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	3.609	871
Depósitos efetuados	745	2.931
Devoluções/baixas	(533)	(193)
	3.821	3.609

Em 16 de março de 2020, foi efetuado depósito judicial de R\$ 2,6 milhões para o processo nº 201312201937, oriundo do auto de infração nº 201009843.

10. Intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Custo		
Terrenos	312	312
Edificações e melhoramentos	4.567	3.942
Instalações	49	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.983	2.572
Móveis e utensílios	788	839

Equipamentos de informática	3.198	2.026
Software	2.599	2.599
Redes de distribuição	91.442	81.602
Outros	5	5
	105.943	93.945

Materiais – intangível em formação (a)	3.895	4.134
Obras em andamento (b)	4.172	4.983
	114.011	103.062

Amortização acumulada

Amortização acumulada (c)	(67.553)	(61.558)
	46.458	41.504

(a) A conta de “Materiais – intangível em formação” refere-se ao almoxarifado de materiais adquiridos pela Companhia para aplicação na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

(b) A conta de “Obras em andamento” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção

(c) A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano.

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2021, está assim demonstrada:

	Saldo inicial 01/01/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final 31/12/2021
Custo					
Terrenos	312	-	-	-	312
Edificações e melhoramentos	3.942	624	-	2	4.567
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.572	411	-	-	2.983
Móveis e utensílios	839	15	(14)	(52)	788
Equipamentos de informática	2.026	1.174	-	(2)	3.198
Software	2.599	-	-	-	2.599
Redes de distribuição	81.602	1.685	(1)	8.156	91.442
Outros	5	-	-	-	5
	93.945	3.909	(15)	8.104	105.943
Materiais - intangível em formação	4.134	1.906	(143)	(2.002)	3.895
Obras em andamento	4.983	5.538	-	(6.348)	4.172
	103.062	11.353	(158)	(246)	114.011
Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(61.558)	(6.241)	-	246	(67.553)
	41.504	5.112	(158)	-	46.458

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2020, está assim demonstrada:

	Saldo inicial 01/01/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final 31/12/2020
Custo					
Terrenos	312	-	-	-	312
Edificações e melhoramentos	3.807	134	-	1	3.942
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2.525	47	-	-	2.572
Móveis e utensílios	811	28	-	-	839
Redes de distribuição	2.669	216	(73)	(786)	2.026
Equipamentos de informática	2.555	44	-	-	2.599
Software	75.774	1.264	-	4.464	81.602
Outros	5	-	-	-	5
	88.507	1.833	(73)	3.678	93.945
Materiais - intangível em formação	4.548	993	(699)	(708)	4.134
Obras em andamento	5.002	4.031	(177)	(3.873)	4.983
	98.057	6.857	(949)	(903)	103.062
Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(56.490)	(5.971)	-	903	(61.558)
	41.567	886	(949)	-	41.504

11. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de gás - Petróleo Brasileiro S.A.	27.745	13.238
Fornecedores de materiais e serviços	2.297	1.965
	30.042	15.203

A Petrobras, como estatal detentora de direitos de exploração de gás natural no Brasil, mantém contrato de compra e venda de gás natural com a Sergipe Gás S/A, que, por sua vez, fornece o gás natural aos seus Usuários Cativos mediante celebração de Contratos de Fornecimento de gás canalizado.

12. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão férias	1.017	972
Provisão FGTS sobre férias	82	80
Provisão INSS sobre férias	272	267
Participação nos lucros e resultados	810	788
Salários a pagar	17	38
	2.198	2.145

13. Tributos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recolher – substituição	421	314
ICMS diferencial de alíquota	40	-
PIS a recolher	62	65
COFINS a recolher	290	302
ISS a recolher – TMOV	34	-
IRRF – folha de pagamento	131	124
FGTS a recolher – folha de pagamento	94	88
INSS a recolher – folha de pagamento	271	254
Taxa agência reguladora - AGRESE	114	77
Outros	541	173
	1.998	1.397

Em virtude da situação da Pandemia, em 2020 o Governo Federal tomou medidas para enfretamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública ocasionada pelo coronavírus (covid-19), publicando medidas provisórias e portarias concedendo prorrogações, reduções e parcelamentos relativos ao FGTS, INSS, PIS e COFINS, as quais foram aproveitadas pela SERGAS.

Com a manutenção da situação da pandemia em 2021, foi publicada em 27 de abril de 2021 a Medida Provisória nº 1.046/2021 que concedeu diferimento do FGTS relativo aos meses de abril, maio, junho e julho em 04 parcelas mensais, tendo o recolhimento da primeira parcela sido feito em setembro de 2021 pela SERGAS.

14. Contas a pagar a partes relacionadas

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

	Petróleo Brasileiro S.A. (a)		Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (c)		Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (d)		Estado de Sergipe (e)		Total
Nota	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Passivo circulante									
Dividendos/JSCP a pagar	15	-	1.775	7.681	1.775	7.681	804	3.207	18.569
Partes relacionadas									
Fornecedores	11	27.745	13.238	-	23	29	23	-	29
Total do passivo		27.745	13.238	1.775	3.230	1.804	7.704	804	7.710
Resultado									
Compras		175.578	103.793	-	-	-	-	-	175.644

As relações existentes entre a Companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas:

(a)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



mos e condições gerais que serão aplicados ao Contrato Firme Inflexível firmado nesta mesma data e que poderá ser aplicado a quaisquer contratos de compra e venda de gás natural entre as partes.

O prazo de vigência do contrato é de 31/01/2020 a 31/12/2021. Durante esse prazo, a quantidade diária contratual (QDC) é de 250.000 m³.

Na cláusula de compromissos de retirada e fornecimento, fica determinado que, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou caso fortuito ou força maior de qualquer parte, a Companhia obriga-se a, em cada mês, adquirir e utilizar e mesmo que não utilize pagar:

Encargo de Capacidade (EC):

Custo associado à capacidade reservada de transporte equivalente à quantidade de gás, que na média do correspondente mês, seja igual a 100% da quantidade diária contratual (QDC).

Retirada Mínima Mensal (RMM):

Quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, seja igual a ou superior a 70% da quantidade diária contratual (QDC).

Em função do término do contrato de suprimento em 31 de dezembro de 2021, a SERGAS participou de um movimento integrado junto com outras CDLs do Nordeste com o objetivo de identificar as melhores condições de suprimento para o mercado atendido pelas Distribuidoras através de chamada pública coordenada, buscando assim a diversificação do portfólio de aquisição de gás natural, e dando oportunidade a novos agentes do mercado nacional e internacional de suprir gás natural para as distribuidoras.

O fato é que as negociações mantidas com os novos agentes durante o ano de 2021 não resultaram em contratos de suprimentos viáveis para se iniciarem em 01/01/2022, restando como única última alternativa para a SERGAS a continuidade da relação comercial com PETROBRAS para fins de suprimento de gás natural.

A Petrobras enviou algumas propostas para iniciar uma nova relação contratual com a SERGAS a partir de janeiro de 2022. Entretanto, a Companhia até o momento não assinou um novo contrato de suprimento por ter sido notificada acerca da propositura de ação judicial movida pelo Estado de Sergipe em face da Petrobras, a qual resultou em 25/12/2021 na concessão pelo juízo da Central Plantonista de 1º Grau – Aracaju, a tutela provisória no sentido de manter a vigência do atual contrato de suprimento por 06 (seis) meses, contados a partir de 01/01/2022.

A decisão liminar, apesar de possuir caráter precário, tem sido confirmada pelo 2º grau do Poder Judiciário Sergipano, após apresentação de recurso por parte da Petrobras, garantindo, assim, até o momento, a manutenção da vigência do contrato de suprimento e, consequentemente, aplicação de um preço mais competitivo no Estado. Caso a ação judicial proposta não seja julgada procedente, a SERGAS ainda terá a oportunidade de celebrar um novo contrato com a Petrobras tendo por base as condições presentes nas propostas iniciais.

Além disso, a SERGAS já publicou uma nova Chamada Pública objetivando a contratação de suprimento de gás natural ainda para o primeiro semestre de 2022.

(b) Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica um dos diretores da SERGAS, cujo pagamento da remuneração efetuado da seguinte forma: i) até 28/02/2021 diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos trabalhistas e benefícios, procedimento este feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia; ii) a partir de 01/03/2021 diretamente pela SERGAS ao Diretor indicado, mediante pagamentos mensais, procedimento este feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(c) Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica um dos diretores da SERGAS, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos trabalhistas e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(d) Estado de Sergipe

Acionista da Companhia com participação de 17% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica o Diretor Presidente, cujo pagamento da remuneração efetuado da seguinte forma:

i) até 15/11/2021: a) uma parte da remuneração paga pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE (PMA), na condição de órgão Cedente, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais à PMA a título de reembolso, inclusive dos encargos trabalhistas, procedimento este feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia; e b) outra parte da remuneração paga diretamente pela SERGAS ao Diretor indicado, mediante pagamentos mensais, procedimento este feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

ii) a partir de 16/11/2021, com o fim da cessão à PMA, a remuneração passou a ser paga diretamente pela SERGAS ao Diretor indicado, mediante pagamentos mensais, procedimento este feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

15. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	20.110	77.644
(-) Reserva legal	-	(3.368)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(2.693)	-
Lucro líquido a ser distribuído	17.147	74.276
Dividendos mínimos obrigatórios /complementares	1.743	16.470
Juros sobre capital próprio	2.983	2.398
Lucro à disposição da Assembleia	12.691	55.408

Em 31/12/2021, conforme Lei 9.249/95, os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios que correspondem a 25% do montante do lucro a distribuir, conforme previsto em Estatuto.

Como o montante dos juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda retido na fonte foi inferior aos dividendos mínimos obrigatórios, foi contabilizada no passivo circulante a complementação dos dividendos no valor de R\$ 1.743.

O valor remanescente do lucro a distribuir no valor de R\$ 12.691 foi contabilizado na conta de dividendos adicionais propostos cuja deliberação será submetida aos acionistas em Assembleia geral.

Os JSCP e os dividendos foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Juros sobre Capital próprio líquido de IRRF

	%	31/12/2021	31/12/2020
Estado de Sergipe	17	507	407
Mitsui Gás e energia do Brasil Ltda	41,5	1.052	846
Petrobras Gás S/A – Gaspetro	41,5	1.052	846
Total		2.611	2.099

Dividendos mínimos complementares

	%	31/12/2021	31/12/2020
Estado de Sergipe	17	297	2.800
Mitsui Gás e energia do Brasil Ltda	41,5	723	6.835
Petrobras Gás S/A – Gaspetro	41,5	723	6.835
Total		1.743	16.470
Total		4.354	18.569

16. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	-	111
Penalidade contratual (a)	-	77
Outros	3	-
Total	3	188

(a) Penalidade contratual refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar o consumo mínimo previsto contratualmente, a Petrobras emite nota de débito da diferença contratada e não consumida referente ao período. Os valores dessas penalidades cobradas são reconhecidos como despesas operacionais.

17. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 mantém registrada provisão para perdas prováveis em processos de natureza trabalhista e fiscal no montante de R\$ 941 e R\$ 1.267, decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para contingências em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	692	1.043
Fiscais	246	224
Cíveis	3	-
Total	941	1.267

Em 2021 e 2020, a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

31/12/2021

Natureza	Possível	Remota
Cíveis (a)	1.055	-
Trabalhistas (b)	464	43
Fiscais (c)	9.793	-
Total	11.312	43

31/12/2020

Natureza	Possível	Remota
Cíveis (a)	225	-
Trabalhistas (b)	519	97
Fiscais (c)	9.793	-
Total	10.537	97

(a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por perdas materiais, divergências em cobranças por consumo de gás, dentre outras.

(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária.

(c) Fiscais: A Companhia possui autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, relativos ao ICMS, por suposta utilização indevida de créditos fiscais oriundos da aquisição de seus ativos e de materiais de uso e consumo, e ainda supostos créditos indevidos de materiais alheio a atividade econômica da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Número do processo	Data do auto	Valor atualizado
201312201023	08/09/2010	8.639
201312201937	09/09/2010	1.154
		9.793

A movimentação da conta de provisão para contingências, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.267	1.130
Provisões efetuadas	119	838
Pagamentos efetuados	(438)	(55)
Reversões efetuadas	(7)	(646)
Total	941	1.267

18. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.182 e está composto de 1.593.656 ações sem valor nominal, sendo 531.214 ações ordinárias e 1.062.442 ações preferenciais, todas de classe única, conforme demonstrado a seguir:

	Nº de ações Ordinárias		Nº de ações Preferenciais		Total de ações	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Estado de Sergipe	270.930	6.492	-	-	270.930	6.492
Gaspetro - Petrobrás Gás S.A.	130.142	3.118	531.221	12.727	661.363	15.845
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	130.142	3.118	531.221	12.727	661.363	15.845
Total	531.214	12.728	1.062.442	25.454	1.593.656	38.182

O capital social autorizado da Companhia é de 60.000.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não tem direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

No exercício de 2021 a Companhia não apurou lucro da exploração, não possuindo dessa forma, incentivo fiscal para o período. Sendo assim, no exercício de 2021 não houve aumento de capital pela incorporação de incentivos fiscais.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal

Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudo Constitutivo 0074/2017 emitido pela SUDENE. O saldo existente nesta reserva deverá necessariamente ser utilizado para aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos.

d) Reserva de retenção de lucros

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos no valor de R\$ 5.544.527,11 referente a reserva de retenção de lucros, sendo: R\$ 1.605.334,20 referente ao exercício de 2015 e R\$ 3.939.192,91 referente ao exercício de 2016. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 28 de maio de 2021.

e) Dividendo adicional proposto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a parcela do lucro do exercício não distribuída no montante de R\$ 55.408 foi alocada na conta "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, por não representar uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2020. Este valor ainda permanece contabilizado na referida conta, considerando que a sua destinação ainda não foi definida pelos acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a parcela do lucro do exercício não distribuída no montante de R\$ 12.691 foi alocada na conta "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, por não representar uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2021.

f) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. No exercício de 2021, conforme prevê a Lei nº 9.430/95, a Companhia optou por pagar juros sobre capital próprio, conforme nota explicativa nº 15.

19. Receita líquida – venda de gás e serviços

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	260.300	163.621
Receita bruta de serviços	7.162	-
(-) Vendas canceladas/devolvidas	(354)	(177)
(-) Tributos sobre vendas	(39.682)	(26.038)
Receita líquida	227.426	137.406

	11.353	6.857
Receita de construção – ICPC 01	11.353	6.857

O Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe foi aprovado pelo Decreto nº 30.352, de 14/09/2016, e alterado posteriormente por meio do Decreto nº 40.450, de 26/09/2019. Conforme disposto no Regulamento, o Concessionário é obrigado a celebrar contratos de suprimento e, eventualmente, contratos de prestação de serviços de movimentação de gás em volumes compatíveis com a demanda existente em sua área de Concessão.

Para a movimentação de gás, é cobrada TMOV – Tarifa de Movimentação na Área de Concessão. A TMOV é uma estrutura de valores estabelecida em R\$/m³ cobrada pelo Concessionário ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoproductor, pela movimentação de gás na área da concessão. Essa tarifa, assim como a tarifa de venda de gás, é homologada pela AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe e quando negociada deverão ser especificados a capacidade de movimentação contratada, o ponto de recepção, ponto de entrega, incidência dos tributos definidos na legislação vigente, entre outros.

Em 19 de agosto de 2020 foi publicada, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe, a Portaria nº 29/2020 que autorizou a cobrança da tarifa de movimentação.

Em 28/01/2021 foi celebrado contrato de prestação de serviços de movimentação de gás com o cliente PROQUIGEL QUÍMICA S/A. Desta forma, a partir de janeiro de 2021, a Companhia passou a cobrar por essa movimentação através da emissão de notas fiscais de serviços. Os valores cobrados são contabilizados como receita de serviços.

A receita de venda por segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Segmento	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	PIS	COFINS	ISS	Receita Líquida
Gás Veicular	75.064	-	(9.014)	(1.168)	(5.378)	-	59.504
Gás Industrial	164.337	(336)	(2.500)	(2.689)	(12.387)	-	146.425
Gás Residencial	14.629	(13)	(2.631)	(221)	(1.018)	-	10.746
Gás Comercial	6.270	(5)	(1.128)	(94)	(434)	-	4.609
Receita de serviços	7.162	-	(118)	(118)	(544)	(358)	6.442
Total	267.462	(354)	(15.273)	(4.290)	(19.761)	(358)	227.426

A receita de venda por segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Segmento	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	PIS	COFINS	Receita Líquida
Gás Veicular	47.720	(2)	(6.396)	(787)	(3.626)	36.909
Gás Industrial	100.780	(111)	(1.813)	(1.661)	(7.651)	89.544
Gás Residencial	11.246	(16)	(2.021)	(186)	(854)	8.169
Gás Comercial	3.875	(48)	(689)	(63)	(291)	2.784
Total	163.621	(177)	(10.919)	(2.697)	(12.422)	137.406

Em agosto de 2016 a SERGAS ajuizou, em conjunto com algumas concessionárias associadas a ABEGÁS - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, ação com o objetivo de declarar o direito destas distribuidoras de gás natural de excluir o ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

A Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400 transitou em julgado com decisão favorável à ABEGÁS em favor de suas associadas e reconheceu, em caráter definitivo, o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

Em maio de 2021, o plenário do STF - Supremo Tribunal Federal, julgou os embargos declaratórios no recurso extraordinário (RE) nº 574.70 e determinou que o ICMS a ser excluído da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal.

Sendo assim, a Companhia realizou a revisão dos cálculos das tarifas para os diversos segmentos e partir de agosto de 2021 passou a faturar para seus usuários já considerando a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

20. Custo dos produtos vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custo do gás natural	(175.578)	(103.793)
Odorização	(65)	(146)
Pessoal	(4.068)	(3.906)
Serviços	(1.043)	(678)
Aluguéis	(279)	(292)
Seguros	(181)	(174)
Materiais	(210)	(257)
Amortização	(5.829)	(5.288)
Outros	(306)	(300)
Custo dos produtos vendidos	(187.559)	(114.834)

(-) Custo de construção – ICPC 01 **(11.353)** **(6.857)**

O custo do gás natural por segmento é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Gás Veicular	(50.795)	(29.663)
Gás Industrial	(116.828)	(69.290)
Gás Residencial	(5.101)	(3.299)
Gás Comercial	(2.854)	(1.541)
Total	(175.578)	(103.793)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 30 de março de 2022, às 15h:00min (quinze horas), na sede social da SERGIPE GÁS S.A – SERGAS, situada na Av. Empresário José Carlos Silva, 2482, Bairro Farolândia, Aracaju – SE, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia para apreciar as proposições da DIREX ao CONAD nº 006/2022 e 014/2022 aprovadas pelo CONAD em 30 de março de 2022 através da ata 245ª da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, no que diz respeito ao Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2021, Destinação do Lucro Líquido da Companhia referente ao exercício de 2021 incluindo a proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros e dos dividendos a serem pagos. Examinamos todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria Executiva da Companhia, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER

Os membros do Conselho Fiscal da SERGIPE GÁS S.A – SERGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram inicialmente a **Proposição DIREX ao CONAD nº 006/2022**, tendo por objeto a apreciação do Relatório da Administração, e das Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes AUDILINK & CIA AUDITORES, ambos referentes ao exercício de 2021, examinando em seguida a **Proposição DIREX ao CONAD 014/2022** alusiva à proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$20.109.925,06 (vinte milhões, cento e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e seis centavos), do qual será destinado o valor de R\$ 2.693.358,37 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) para a constituição de Reserva de Incentivo Fiscal Sudene, não havendo valor a ser destinado para fins de constituição de Reserva Legal, uma vez que o saldo desta conta já alcançou o limite legal de 20% do Capital Social definido no Art.193 da Lei 6.404/76. O Lucro antes da distribuição dos dividendos posto à disposição dos acionistas, no montante de R\$17.416.566,69 (dezessete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos), deve ser distribuído da seguinte forma: **i)** o montante de R\$ 4.354.141,67 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) será destinado para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, de acordo com o Artigo 192 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no Artigo 29 do Estatuto Social, a ser distribuído de acordo com a participação societária de cada acionista, sendo composto da seguinte forma: **a)** o montante de R\$ 2.611.339,37 (dois milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e sete centavos) se refere aos Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) líquidos de Imposto de Renda, imposto este que alcançou o valor de R\$ 371.344,10 (trezentos e setenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e dez centavos), e que foi recolhido em 05/01/2022; **b)** o montante de R\$ 1.742.802,30 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e dois reais e trinta centavos) se refere aos dividendos mínimos complementares, calculados na forma da lei; **ii)** o montante de R\$12.691.080,92 (doze milhões, seiscentos e noventa e um mil, oitenta reais e noventa e dois centavos) a ser destinado para a constituição de Reserva de Retenção de Lucros em conformidade com as diretrizes estabelecidas no artigo 196 da Lei 6.404/76 e com o previsto no Orçamento de Capital 2022/23, que serão aplicados em investimentos relacionados à distribuição de gás natural, decisão que se justifica, também, pela indefinição acerca da destinação dos dividendos à disposição dos Acionistas relativos ao exercício 2020, que alcançam o montante de R\$ 55.407.998,39 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos).

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da AUDILINK & CIA AUDITORES, datado de 08 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação em Assembleia Geral dos acionistas da SERGAS.

Aracaju, 30 de março de 2022

ALYNE VALENTIM MUNIZ
Conselheira FiscalJULIANA ALCÂNTARA MOREIRA
Conselheira FiscalBRUNO DO PRADO CASTILHO
Conselheiro Fiscal

21. Despesas comerciais

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(1.516)	(1.428)
Conversões de clientes	(7)	(20)
Outras	(21)	(15)
	(1.544)	(1.463)

22. Gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(10.912)	(10.036)
Serviços	(2.575)	(15.322)
Aluguéis	(90)	(93)
Seguros	(90)	(100)
Materiais	(178)	(186)
Amortização	(412)	(684)
Tributárias	(1.430)	(9.758)
Outras	(1.298)	(858)
	(16.985)	(37.037)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Reversão de provisão contingências trabalhistas	7	646
Ganho na operações com <i>take or pay</i>	-	887
Receita com penalidade contratual	893	8
Outras receitas (a)	3	59.230
	903	60.771

Outras despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Provisão contingências trabalhistas	(93)	(614)
Provisão contingências fiscais	(22)	(224)
Provisão contingências cíveis	(3)	-
Provisão PCLD	(139)	(142)
Despesa com penalidade contratual	(393)	(1.069)
Outras	(15)	(630)
	(665)	(2.679)

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	238	58.092
--	-----	--------

(a) O valor de outras receitas em 2020 deve-se a negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

24. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações financeiras	3.213	1.638
Juros e multas de clientes	137	118
Outras receitas financeiras (a)	108	71.979
	3.458	73.735

Despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Comissão fiança bancária	(201)	(276)
Descontos concedidos	(1)	(304)
	(202)	(580)

Resultado Financeiro Líquido	3.256	73.155
------------------------------	-------	--------

(a) O valor de receitas financeiras em 2020 deve-se a negociação do Termo de Encerramento de Pendência conforme nota explicativa nº 5.

25. Imposto de renda e contribuição social

Em 28 de junho de 2017, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, renovando direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis sobre os lucros tributáveis com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda.

Ao final do exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no ano, é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais. O valor constituído como reserva de incentivo fiscal deverá ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de eventual prejuízo contábil, conforme previsto no Art. 523 do Regulamento de Imposto de Renda.

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	24.832	24.832	115.319	115.319
Adições e exclusões				
Provisões não dedutíveis	258	258	980	980
Brindes, doações e patrocínios	216	216		
Reversão provisões	(445)	(445)	(646)	(646)
JSCP	(2.983)	(2.983)	(2.398)	(2.398)
(+/-) Outros	62	62	152	152
(-) Compensação prejuízo fiscal anos Anteriores	-	-	(1.390)	(1.390)
Total	21.940	21.940	112.017	112.017
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.485	1.975	28.004	10.082
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	(58)	-	(124)	-
(+/-) Impostos diferidos	47	16	(183)	(66)
(+/-) Outros	(50)	-	(38)	-
Imposto de renda corrente e diferido (-) Incentivo fiscal SUDENE	(5.424)	-	(27.659)	(10.016)
	2.693	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.731)	(1.991)	(27.659)	(10.016)

26. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	20.110	77.644
Total de ações ordinárias e preferenciais (em milhares)	1.594	1.594
Lucro /ação	12,62	48,71

27. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 5 (cinco) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.249 (R\$ 1.271 em 31 de dezembro de 2020).

28. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, nem transações em moeda estrangeira, a não ser aquelas constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela SERGAS.

b) Risco de taxas de juros

Confirmamos que os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

A Companhia não se utiliza de recursos de terceiros para financiar suas operações. Possui um alto índice de liquidez.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importâncias Seguradas 31/12/2021
	Início	Vencimento	
Riscos nomeados	29/10/2021	29/10/2022	2.000
Resp. Civil Administradores	24/08/2021	24/08/2022	3.000
Resp. Civil Trabalhista	24/08/2021	24/08/2022	1.000
Resp. Civil Gerat	03/11/2021	03/11/2022	10.000
Sede	30/09/2021	30/09/2022	7.000
Seguro de vida funcionários	14/08/2021	14/08/2022	50
Total			23.050

30. Eventos Subsequentes

a) Reconhecimento dos créditos sobre a exclusão ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

Em agosto de 2016 a SERGAS ajuizou, em conjunto com algumas concessionárias associadas a ABEGÁS - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, ação com o objetivo de declarar o direito destas distribuidoras de gás natural de excluir o ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

A Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que tem como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, transitou em julgado com decisão favorável à ABEGÁS em favor de suas associadas e reconheceu, em caráter definitivo, o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS.

Em maio de 2021, o plenário do STF - Supremo Tribunal Federal, através de julgamento dos embargos declaratórios no recurso extraordinário (RE) nº 574.706, determinou que o ICMS a ser excluído da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal.

Além do julgamento da parcela do ICMS a ser excluída, o STF definiu também a modulação dos efeitos, determinando que todos os contribuintes que ajuizaram medidas judiciais até 15/03/2017 (data da conclusão do julgamento do RE 574.706 pelo STF) asseguraram o direito à compensação/repetição dos valores indevidamente recolhidos com efeito retroativo aos últimos 5 anos anteriores ao ajuizamento ou requerimento administrativo de restituição.

Sendo assim, em janeiro de 2022, a Companhia iniciou processo de contratação de empresa especializada para levantamento e validação dos créditos a serem recuperados e elaboração de Parecer contábil tributário a fim de protocolar pedido de habilitação dos créditos junto à Secretaria de Receita Federal do Brasil e, após deferimento do referido órgão fiscalizador, proceder o reconhecimento contábil do montante levantado.

VALMOR BARBOSA BEZERRA
Diretor PresidenteKARINA MENDONÇA BARRETO SANTANA
Contadora
CRC/SE 005482/O-7